

Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia comunitária em Sergipe

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo. Universidade Federal de Sergipe
Samira Pires Damaceno. Espaço Terapêutico Conatus
Jeferson Santos da Silva. Universidade Federal de Sergipe
José Matheus Alves Santos. Universidade Federal de Sergipe

Resumo

O presente artigo apresenta parte da experiência da pesquisa-intervenção ocorrida em um assentamento em Sergipe. Tal pesquisa teve como base os princípios da Psicologia Comunitária e a noção de experimentação política da amizade que nortearam a construção de um corpo coletivo junto aos/às moradores/as, materializado nas figuras do mutirão e da horta coletiva. A roda de conversa foi o dispositivo usado para reunir os/as moradores/as e a partir disso desdobrar uma relação horizontal e solidária, na qual todos/as têm voz e vez, tendo por base a concepção política de amizade, a partir de Arendt e Espinosa, possibilitando uma abertura ao/a outro/a em sua radicalidade.

Palavras-chave: amizade; política; psicologia comunitária.

Abstract

Political experimentation of friendship in a community psychology experience in Sergipe. The present article presents part of the experience of research-intervention that took place in a settlement in Sergipe. This research was based on the principles of Community Psychology and the notion of political experimentation of friendship, which guided the construction of a collective body with the residents, materialized in the figures of collective effort and the collective garden. The conversation circle was the tool used to gather the residents and from that unfold a horizontal and solidary relationship, in which everyone has a voice and a turn, based on the political conception of friendship, from Arendt and Espinosa, allowing an opening to the other in its radicality.

Keywords: friendship; politics; community psychology.

Resumen

Experimentación política de la amistad en una experiencia de psicología comunitaria en Sergipe. Este trabajo presenta parte de la experiencia de investigación-intervención ocurrida en un asentamiento de Sergipe. Esta investigación se basó en los principios de la Psicología Comunitaria y en la noción de experimentación política de la amistad que orientó la construcción de un cuerpo colectivo con los residentes, materializado en las figuras de esfuerzo colectivo y la huerta colectiva. El círculo de conversación fue la herramienta utilizada para reunir a los vecinos y a partir de ahí desplegar una relación horizontal y solidaria, en la que todos/as tienen voz y turno, basada en la concepción política de la amistad, de Arendt y Espinosa, permitiendo una apertura al otro en su radicalidad.

Palabras-clave: amistad; política; psicología comunitaria.

O presente trabalho se desdobra como reflexão sobre o processo de pesquisa-intervenção iniciado em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado na região de Sergipe. Tomamos aqui o assentamento concebido enquanto comunidade, ou seja, em sentido próprio atribuído por Sawaia (1996), como espaço relacional comum em que potencialidades singulares são desenvolvidas, dizendo respeito ao imbricamento entre sujeitos e coletividade. Nossa entrada e intervenções no campo, em coabitação com os/as moradores/as, foram marcadas pela noção de experimentação política da amizade. Convém dedicar algumas linhas a isso.

Na modernidade, a concepção de amizade sofre um deslocamento para o âmbito familiarista. A amizade passou a ser entendida ligada à ideia de fraternidade que implica uma relação de parentesco ou de irmandade visando o estabelecimento de uma equalização entre os sujeitos, de modo que suprime a dimensão da alteridade (Gomes & Silva Júnior, 2007). Queremos ir ao encontro da qualidade política da amizade; para tal, a noção arendtiana de amizade se configura como espaço político por excelência, já que possibilita o agir e falar do/a outro/a criando uma situação discursiva de respeito mútuo, no qual a opinião do/a outro/a é considerada. Assim, a amizade, na concepção arendtiana do termo, desvincula-se da ideia de fraternidade, do que seja familiar; a amizade consiste no gosto pela opinião do/a outro/a, por um encontro agonístico no qual é possível vivenciar um questionamento do familiar, a partir da consideração do ponto de vista do/a outro/a.

A política para Arendt (2001) também ganha outra conotação, deixa de ser apenas pensada em termos do Estado e seus espaços institucionais, passa a ser concebida como ação entre as relações. A política é tomada como livre circulação e multiplicação de opiniões – de doxa, entendida como a colocação em palavras do modo como o mundo aparece para o sujeito – que possibilita o compartilhamento de informações, um compartilhamento do mundo entre as pessoas; o discurso, o encadeamento de falas, é a condição pela qual o humano põe em ação sua humanidade (Arendt, 2002). Assim, a política passa a ser entendida como espaço comum no qual as pessoas podem se produzir e se afirmarem, a partir da ação e da pluralidade (Arendt, 2001). Portanto, para a constituição de espaço comum é necessário um encontro com o diferente, a partir do qual forma-se uma ação comum.

Arendt (2001) concebe a condição humana da ação, da pluralidade do humano, como mediada pelo

discurso, assim, devemos entender as relações de amizade como vínculos propícios ao agir e falar. As relações de amizade contribuem para a aparição do agente por meio de sua doxa; por sua ação e fala o agente se mostra perante os/as outros/as, sua opinião pode mudar, mudando-o; assim, o aspecto político da amizade dá-se também pelo fato da possibilidade da constituição de um espaço discursivo no qual a opinião do/a outro/a, o modo como o mundo lhe aparece, é devidamente ressaltada e valorizada (Arendt, 2002). A atividade discursiva da amizade possibilita que os sujeitos troquem informações e experiências uns/umas com os/as outros/as, ao mesmo tempo esse movimento de troca faz com que os próprios sujeitos ressignifiquem suas opiniões e experiências reposicionando-se no mundo, engendrando uma organização implicada em práticas solidárias que possibilitam movimentos de resistência política às formas fixas de subjetividade (Gomes & Silva Júnior, 2007, 2010).

Nesse sentido, a amizade e a conversa entre amigos/as permite uma disponibilidade para aceitação do/a outro/a em sua radical alteridade, na qual uma horizontalidade é imprescindível para a colocação em prática da multiplicidade de conhecimentos e experiências humanas na constituição de um exercício político (Gomes & Silva Júnior, 2007). A capacidade de ação comum entre diferentes sujeitos, a partir de uma relação agonística de confronto de diferentes e múltiplas opiniões cada qual com seu interesse e indignação, é possibilitada pelo vínculo de amizade. Na sua abertura ao diálogo, com discussão e compartilhamento de opiniões e experiências, que a amizade é política. A experiência discursiva da amizade torna possível a formação das noções comuns, essa troca de propriedades através do diálogo permite o reconhecer-se como humano. Esse reconhecimento gera a consciência de sermos capazes de construção, de mobilização, para que as pessoas ajam juntas numa condição de igualdade política onde não existe dominação.

O pensamento de Espinosa (2007) também nos ajuda a conceber a amizade no interior das relações humanas, uma vez que é em si mesma a expressão da condição da liberdade e fortalecimento do conatus. Partimos da compreensão de que a experimentação política da amizade envolve dois fundamentos substanciais da Filosofia de Espinosa: o esforço do conatus – força interna de perseveração na existência que todo ser singular possui, se dá no processo mesmo de resistência à tristeza e afirmação da alegria – compreendida como aumento da potência de pensar e agir; o corpo

é essencialmente relacional e é na relação com seus/ suas outros/as, na maneira como afeta e é afetado por eles que se dá a condição de possibilidade da elevação do seu conatus e a afirmação de sua potência de ação. Portanto, acreditamos que os alicerces espinosanos oferecem bases sólidas e bastante elucidativas para o estudo e compreensão da experimentação política da amizade uma vez que esta designa uma relação de abertura ao/a outro/a na qual os corpos estão dispostos a afetar e serem afetados, implicados em contribuir com o aumento da capacidade de reflexão e ação do amigo/a.

Segundo Espinosa (2007), o homem livre e forte não tem raiva nem inveja de ninguém, não é arrogante e busca combater o ódio. A amizade concerne à condição vital do homem de poder afetar e ser afetado, de maneira tão íntegra, que Espinosa (2007) considera lealdade o desejo do homem de unir-se aos/a outros/as pela amizade, e desleal àquilo que contraria o vínculo de amizade (E. IV. escólio 1 da preposição 37). Se a amizade constitui-se como uma possibilidade da passagem dos afetos passivos aos ativos, ela favorece o processo ético bem como o conhecimento das noções comuns e ideias adequadas constitutivo dessa empreitada. A condição do viver com (conviver), onde os/as amigos/as compartilham ideias e valores, propicia a formação das noções comuns, como conhecimento do modo de relação entre seres singulares. Em outras palavras, as trocas de opiniões, de ideias, valores etc; no diálogo entre amigos/as possibilitam o conhecimento das noções comuns, isto é, das propriedades comuns que lhes permitem se reconhecerem como humanos (modos finitos, no vocabulário espinosano).

Espinosa (2007) refere-se à amizade como um afeto de alegria, útil às pessoas livres, pois os conduz a fazer bem uns aos/às outros/as e as capacitam para ação comum. “É útil aos homens, acima de tudo, formarem associações e se ligarem por vínculos mais capazes de fazer de todos um só e, mais geralmente, é-lhes útil fazer tudo aquilo que contribui para consolidar as amizades” (E. IV, Apêndice, capítulo 12. p.353). Portanto, a amizade é útil, pois aumenta a capacidade de agir dos sujeitos.

Com Espinosa também podemos pensar a conjugalidade entre as relações de amizade que formam um coletivo, ou melhor, um corpo coletivo em seus termos, pois, segundo Hardt (1996), a política de Espinosa é uma política ontológica, os princípios que mobilizam a organização política são os mesmos que animam a ética e a prática afirmativa do ser. Este autor afirma que o encontro alegre se dá quando dois corpos compõem um corpo novo e mais poderoso, ou seja, quando a afecção

com outro corpo torna-se ativa a partir da construção da noção comum, isto é, quando formamos a ideia da relação comum partilhada por esse corpo e o nosso. O aspecto ontológico da política espinosana é elucidado por Chauí (2003) que chama atenção para o fato de que é a teoria mesma das paixões e dos desejos alegres, ou seja, dos afetos que fortalecem o conatus que oferecem os fundamentos da utilidade da cooperação e da união de forças entre as pessoas para a composição do corpo político – a multidão, de “tal maneira que a percepção dos demais homens como semelhantes e da utilidade de cada um deles e de todos/as para o fortalecimento do conatus individual explica que constituam a multidão e instituem o corpo político” (Chauí, 2003, p. 165). É nesse sentido que se funda a relevância política da amizade para o fortalecimento da multidão, pois a amizade possibilita uma dinâmica da alegria favorável ao florescimento da solidariedade e da mobilização para que as pessoas ajam juntas numa condição de igualdade política onde não há dominação – o que designa a amizade em sua qualidade democrática. A afetividade ativa da ética espinosana concerne à experimentação política da amizade destacada por Arendt (2001), Derrida (1997) e Ortega (2000), pois esta experiência constitui um vínculo agonístico entre alteridades que se afetam mutuamente aumentando suas potências de agir, podendo juntas produzir ações políticas inovadoras.

Temos, então, que a experimentação política da amizade se refere à possibilidade de vivenciar relações de amizade que se pautem na igualdade de agir e falar entre as partes constituintes, possibilitando irromper maneiras novas de agir no mundo, caracterizando uma dimensão política da existência, atenta para a necessidade da acolhida das alteridades que não coincidem, mas habitam um mesmo mundo (Arendt, 2001). De modo que a experimentação política da amizade, em sua dimensão discursiva, permite um espaço para que os/as participantes discutam e reflitam sobre as demandas que surgem.

Ao utilizar a experiência política e discursiva da amizade em uma comunidade popular, buscamos desenvolver um engajamento entre a comunidade, contribuindo para a abertura ao/à outro/a numa relação democrática, a base de diálogo, favorecendo um vínculo de respeito e cooperação entre estes. A pesquisa-intervenção teve como objetivo suscitar a participação colaborativa e deliberativa dos sujeitos da comunidade, ocasionando mudanças a partir da problematização coletiva do contexto, apostando na emergência da experimentação política/discursiva da

amizade como forma de irromper novas maneiras de agir no mundo (Gomes & Silva Júnior, 2005).

Haja vista a importância do diálogo nessa empreitada, o dispositivo da roda de conversa foi escolhido como ferramenta de intervenção, partindo do entendimento de que o ato de pesquisar é constitutivamente um ato político (Rodrigues & Souza, 1987) e que se trata, portanto, de intervir/pesquisar com vias a produção de acontecimentos (Paulon, 2005). As rodas de conversa possibilitam um espaço comum de diálogo no qual cada experiência vivida entra em cena para uma reflexão mais apurada da realidade que está se vivenciando, contribuindo para que os indivíduos tornem-se sujeitos na comunidade, ativos e capazes na busca de soluções para os problemas enfrentados (Campos, 1996; Lane, 2003). Também abrem espaço para a construção e/ou fortalecimento de amizades, no sentido político do termo, proporcionando um espaço de igual poder entre as pessoas e uma maior liberdade para expor suas opiniões para o grupo. Assim, as rodas de conversa permitem a instalação de relações de amizade em sua dimensão política, tornando-se condição para suportar a radicalidade da alteridade, possibilitando o imprevisto no agir e falar do/a outro/a (Gomes & Silva Júnior, 2007).

A composição das rodas de conversa foi antecedida por um processo de inserção na comunidade, momento em que os/as pesquisadores buscaram conhecer e serem conhecidos pelos/as moradores/as do assentamento. Esse processo inicial durou quase dois meses, a partir de visitas semanais à comunidade, tendo sido imprescindível para realizar o convite para uma reunião em que foi explicada a intenção de se realizar uma pesquisa-intervenção no assentamento, objetivando suscitar a participação deliberativa dos membros da comunidade, com o intuito de solucionar as problemáticas levantadas no espaço das rodas de conversa.

A pesquisa foi analisada a partir dos diários de campo, produzidos mediante as visitas periódicas à comunidade, em conjunto com entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os/as moradores/as da comunidade que permaneceram por mais tempo no grupo da pesquisa.

Na seção seguinte, com o intuito de podermos discutir os efeitos das rodas de conversa na comunidade, iremos caracterizar brevemente alguns aspectos importantes do assentamento, destacando um pouco da sua história a partir das narrativas dos/as moradores/as.

Fragmentos da história do assentamento

A inserção do grupo na comunidade contou com a facilitação de um dos/das pesquisadores/as que já era conhecido de um dos antigos/as moradores/as, de modo que nos iniciou na comunidade, o que possibilitou tanto o encontro com outros/as moradores/as como a possibilidade de conhecer uma parte da história do assentamento, assim, ampliando o saber sobre a comunidade e situando-se nas suas fronteiras. Durante o percurso de visitas às casas dos/as moradores/as, a comunidade tornava-se geograficamente mais conhecida: o bar, o campo de futebol, a escola e o Centro de Capacitação Canudos, ponto de referência da militância do MST em Sergipe.

Os relatos dos/as moradores/as, principalmente os/as mais velhos/as, evidenciaram um passado de luta para a conquista da terra e para dali retirarem uma fonte de renda. Os/As moradores/as ainda lembravam-se de um “tempo de muita fartura”, quando o trabalho coletivo tinha ótimos resultados com muita produtividade. Interessante como os/as mais velhos/as, que vivenciaram a construção da comunidade, posicionam-se a favor do sistema coletivo de produção. De fato, também lembram dos problemas que ocorreram durante a gestão, uns não tendo muita clareza da burocracia, outros/as declarando desapontamentos com seus supostos representantes políticos e dirigentes associativos. A alta produção foi cessada, sobretudo, por dois motivos: a falta de escoamento da produção, o que fazia com que perdessem uma grande quantidade do que era produzido; e a conseqüente ausência de retorno financeiro imediato. Problemas administrativos também foram apontados nas conversas: fraca organização administrativa, falta de planejamento para escoamento da produção, acúmulo de dívidas que acabavam por tomar grande parte do dinheiro ganho pela venda dos produtos.

Na história do assentamento houve um outro momento em que foi tentado retomar essa produção. Tal empreitada se deu através de uma associação das mulheres da comunidade. Algumas moradoras lembram da tentativa de “botar pra frente” uma horticultura orgânica com trabalho coletivo, mas sem êxito. Nisso aparecem dificuldades que se repetem, falta de comprador para escoar a produção, falta de equipamentos. Ademais, falou-se de divergências entre as participantes como um ponto importante para essa associação ter sido desfeita.

Gardênia disse que tudo o que sabe sobre horta hoje (plantar, fazer canteiro, adubar, entre outros) aprendeu nesse tempo que passou produzindo coletivamente com as mulheres ... Contou que um dos compradores era a CONAB, órgão citado por todas outras entrevistadas que também relatam o que Gardênia nos contou: “embora vendessem pra CONAB e que fosse um destino certo para a produção, não recebiam na mesma hora, ... sendo esse um dos fatos que fez com que elas desistissem da horta comunitária, além de mercado escasso ... Sobre o fim dessa associação de mulheres ela falou também sobre a falta de companheirismo entre elas.” (Diário de campo).

O assentamento, portanto, possuía grande potencial agrícola, tendo em seu histórico momentos de alta produção; no entanto, tal produção havia sido encerrada, sendo que boa parte dos/as moradores/as já não trabalhavam com a terra e os que possuíam horta cultivavam individualmente.

Em relação ao fato de se produzir individualmente no assentamento, é importante notar como esse abandono do trabalho coletivo para o individual também se dá na realidade de outros assentamentos, seja do MST ou de outros movimentos de luta pela terra. Apesar dessa passagem do coletivo para o individual poder gerar uma percepção de que os/as moradores/as do assentamento possuíam um modo de vida individualista, contudo essa passagem possui contornos e colorações mais complexas, revelando o tensionamento entre o ideal e a realidade dos assentamentos.

Arendt e Espinosa entram na Roda

No assentamento, enfrentamos a dificuldade em compor um espaço de conversas que muitas vezes precisou ser remarcado pela ausência ou pouca presença de pessoas. Durante todo o trajeto da pesquisa houve uma significativa oscilação no número de participantes da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa-intervenção, a variação no número de participantes não era exatamente um problema, pois nessa modalidade de pesquisa a relação entre pesquisador/a e pesquisados/as se dá de forma dinâmica, pressupondo constantes reformulações durante a construção do problema e do processo, assim permitindo trilhar caminhos não previstos (Prudente & Tittoni, 2014; Rocha & Aguiar, 2003). Tendo isso em vista, a pesquisa continuou mesmo sem contar com a maior parte dos/as moradores/as do assentamento, partindo da concepção de que a ação política de uma minoria poderia reverberar em toda a comunidade, produzindo

um alargamento da vida pública. Com efeito, o esvaziamento dos espaços de reuniões e encontros tem sido uma marca em várias experiências em Psicologia Comunitária. A participação nos processos de reflexão e discussão de interesses comuns se apresenta como desafiadora em um contexto de forte individualismo instaurado pelo registro econômico que visa precisamente destruir a condição política da reunião não violenta das pessoas, advertida por Arendt (2001).

Foi necessário um processo de meses para que as rodas de conversa se consolidassem com certa regularidade, contando com a participação de poucas pessoas. As rodas de conversa se constituíram como campo discursivo que possibilitou o levantamento dos problemas, identificação de metas e prioridades comuns; por exemplo, foi a partir delas que foi possível identificar o desejo de se voltar a produzir coletivamente, aproveitando o potencial agrícola do assentamento. Surgiram, então, questões fundamentais para a retomada do trabalho coletivo: “como será feito o escoamento da produção?”; “Como conseguir máquinas e assistência técnica?”. Essas questões diziam respeito não só ao trabalho coletivo que se almejava realizar, mas era reveladora da relação que se tinha entre a comunidade e o Estado naquele momento. Assim, considerando que a comunidade não estava assistida por políticas públicas que permitissem que isso fosse feito de imediato, se fazia necessária uma mobilização da comunidade para cobrar isso dos órgãos cabíveis.

Por conta disso, os/as pesquisadores/as e os/as participantes da pesquisa realizaram visitas a órgãos públicos, como a secretaria de agricultura do município, a fim de conseguir assistência técnica e uma maneira de escoar a produção. Com essa interessante organização, a comunidade conseguiu certas conquistas, como a aquisição de sementes por meio de uma empresa de produtos agrícolas e a participação em uma feira de produtos agrícolas. Porém, é perceptível que as conquistas não vinham tão facilmente, sobre o espaço conquistado na feira, por exemplo, dependia-se de transporte para que fosse possível levar a mercadoria do assentamento para a feira, que ficava em Aracaju, a mais de 20 quilômetros de distância. Em dado momento, a secretaria até disponibilizou, mas era um veículo pequeno e que não chegava no horário marcado.

Com certo desamparo da comunidade por parte de políticas públicas, as relações de amizade na comunidade mostraram-se fundamentais para o engajamento no trabalho coletivo, que tinham nas relações

de conversa o seu elemento central, por esse motivo foi destacada a relevância das rodas de conversa:

Nas rodas de conversa você esclarece muitas coisas, você pode botar pra fora o que realmente está acontecendo, receber explicação, explicar. Às vezes você tem uma necessidade, mas se a outra pessoa não souber qual é o problema, não vai poder resolver. Pra resolver tem que ter uma conversa entre todos, uma definição, entendeu? (Rosa)

Então não é assim, um grupo não tem quem manda e quem obedece. Um grupo tem pessoas que conversam, decide e as pessoas vão resolver aquilo que foi decidido naquela hora. (Hortência)

Para Arendt (2002) o elemento político da amizade reside justamente no que é apontado por Rosa e Hortência, a saber, um verdadeiro diálogo, onde existe uma compreensão da verdade própria a opinião do/a outro/a. Na comunidade pudemos constatar a radicalidade desse tipo de experiência, no que ela tem de desestabilizadora, pois a abertura à opinião do/a outro/a nos revela a multiplicidade de visões sobre o mundo, dessa forma, o espaço das rodas de conversa era constituído também de uma certa tensão, gerada pelo deslocamento do familiar. É a partir desse deslocamento que torna-se possível a irrupção do imprevisto (Arendt, 2001) e o aumento da potência de agir (Espinosa, 2007).

Mutirões

Uma vez que a comunidade havia conquistado um espaço em uma feira de produtos agrícolas, a fim de organizar o trabalho, um/a dos/as participantes, morador/a de longa data da comunidade, sugeriu que mutirões fossem realizados, pois dividindo as tarefas, de modo que o trabalho fosse rotativo, seria mais fácil de retornar a produção coletiva:

Cravo fala que é necessário focar no trabalho coletivo, como mutirão, um ajudando o outro para conseguir produzir muito, sem que haja confusão. “Onde um vende o seu, mas produz junto”. Ele deixa claro que acredita que trabalhar com mutirão é a forma mais rápida de colocar o produto na barraca. (Diário de campo - 10/07/2014).

Todos/as os/as moradores/as presentes na reunião assentiram e já pareciam familiarizados com a ideia, o que é compreensível, visto que os mutirões tratam-se da atividade coletiva mais empregada nos assentamentos. Tal estratégia somava-se às rodas de conversa para contribuir para o alargamento do espaço público, no sentido arendtiano deste, qual seja, o próprio mundo

enquanto fabricado por mãos humanas, onde os negócios são realizados entre estes que habitam em conjunto tal mundo, o que decorre que “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa que interpõe entre os que assentam ao seu redor...” (Arendt, 2002, p. 62). Os mutirões e as rodas de conversa serviam, pois, como a mesa da metáfora de Arendt, um intermediário que reúne as pessoas na companhia das outras, suscitando o interesse na vida comum.

Os mutirões custaram a começar, muito por conta da dificuldade de organização dos/as moradores/as da comunidade que estavam comprometidos com a pesquisa, de modo que um mutirão era marcado em uma roda de conversa e na seguinte éramos informados que ele não aconteceu, processo que se repete algumas vezes. Entender essa dificuldade de organização passa por uma escuta atenta das narrativas trazidas nas rodas de conversa, que evidenciavam uma repetição de problemas do passado relativos ao trabalho coletivo, como a falta de transporte para levar a produção para a feira, as falsas promessas de funcionários de órgãos estatais e desentendimentos entre os/as participantes. O fato de que esses problemas não eram inéditos alimentava ainda mais o medo que muitos/as moradores/as do assentamento tinham de mais uma tentativa de trabalho coletivo.

O medo do fracasso de mais um projeto coletivo, por parte dos/as moradores/as da comunidade, pode ser considerado a partir da teoria dos afetos de Espinosa. Com isso, podemos explorar, entre tantos afetos enumerados por Espinosa na Ética, ao menos três: medo, desespero e desejo. O medo é definido por Espinosa (2007) enquanto tristeza inconstante nascida de algo do passado ou do futuro que em certa medida duvidamos; o desespero enquanto tristeza nascida de algo do passado ou do futuro do qual já não temos dúvida; por sua vez, o desejo é a essência do humano, trata-se de todos os impulsos, apetites e esforços do humano, que variam de acordo com o seu estado, esse também variável. Podemos então dizer que quanto à possibilidade de retorno do trabalho coletivo, a comunidade era bastante atravessada pelo medo e pelo desespero, como pode-se observar nas narrativas dos seus membros:

“José, depois de um discurso de muita resistência contra o trabalho devido às experiências negativas passadas, decide entrar na escala também.” (Diário de campo). “Conversamos um pouco com ela sobre a visita à secretaria e Petúnia nos falou que eles já estavam acostumados

com aquele discurso do secretário, que promete, que pede tempo e que quase nada é resolvido.” (Diário de campo).

Tais excertos indicam uma dinâmica de afetos bastante presente na comunidade: o medo sobre o retorno do trabalho coletivo, a dúvida sobre a possibilidade futura deste, devido às experiências mal sucedidas do passado; o desespero que pode advir por conta das promessas vazias dos órgãos estatais, a certeza de que essas promessas não serão cumpridas, como sempre. Nos dois casos trata-se da tristeza, da potência de agir minada. A tristeza está na raiz de toda tirania e opressão, e por isso mesmo Espinosa (2007) a qualifica como um afeto que leva ao alheamento e à desvitalização da força para existir. A paixão triste é sempre a impotência (Deleuze, 2003).

É nesse ponto que podemos falar de desejo, pois os afetos tristes que por muitas vezes guiavam a comunidade e dificultavam o retorno da produção coletiva, não seriam vencidos apenas pelo manifesto interesse dos/as moradores/as em produzir coletivamente, haja vista que, como se pode inferir a partir de Espinosa (2007), a potência de agir de um corpo não aumenta simplesmente movida pelo interesse, o essencial mesmo é o desejo. O desafio, portanto, era o de transformar o interesse em produzir em desejo de produzir, ou melhor, sendo mais condizente com a teoria dos afetos de Espinosa, tratava-se de conhecer clara e distintamente as afecções que atravessavam a comunidade, o que perpassava a utilização do espaço das rodas de conversa como local de problematização coletiva das situações, colocando em análise tanto as experiências anteriores de produção coletiva, quanto os problemas atuais.

Aos poucos, os mutirões foram acontecendo, muito por conta das rodas de conversa, que possibilitaram o conhecimento dos fatores que minavam a potência de agir da comunidade. Esse processo de conhecimento que se desdobrou a partir das rodas de conversa não foi fácil, pois, como explicado por Espinosa (2007), muitos são os afetos que atravessam um corpo e aumentam ou diminuem a sua potência de agir, seja esse corpo individual ou coletivo, se assim concebermos a comunidade, sendo assim, esse era um processo contínuo. Por isso a pesquisa partia da noção de experimentação política da amizade, sustentando que as relações de amizade se constituem como uma possibilidade da passagem dos afetos passivos aos ativos, favorecendo o conhecimento das noções comuns e ideias adequadas constitutivas desse processo ético (Gomes & Silva Júnior, 2013).

No decorrer da pesquisa é nítida a mudança que ocorre em relação à confiança na aposta de um trabalho

coletivo, implicando no reconhecimento dos vínculos de amizade como de suma importância para o habitar em um mundo compartilhado (Arendt, 2001) e para perseverar no trabalho coletivo: “Às vezes dava vontade de desistir, mas Rosa me puxa e diz que não, e às vezes é Rosa que dá vontade de desistir e eu não deixo ela correr.” (Petúnia).

Você sozinha é que nem uma formiga, que nem uma andorinha e uma andorinha só não faz verão, né isso? Se tá o grupo junto, tá aquele grupo unido, você vai conseguir muitas coisas, mas se você sozinha, vai ser mais difícil. Então, não é só uma questão de grupo, ‘a gente só tá ali porque tá no grupo...’ Não! Já criou uma amizade mesmo. Criou uma amizade mesmo fora do ambiente de trabalho (Hortência).

Você sozinho você não vai conseguir praticamente nada, porque você vai em um órgão público, não é? Chega lá, não tem força nenhuma, então coletivamente você tem peso, num (sic) é? Você tem como brigar, como lutar, você tem uma representatividade dentro da sociedade. (Girassol).

Essas narrativas evidenciam a importância conferida pelos/as participantes da pesquisa à amizade para a potencialização do corpo coletivo da comunidade, entendida enquanto condição necessária para o trabalho coletivo, pois é salientado não apenas o quanto o trabalho rende com mais pessoas realizando, mas a coesão grupal e a vontade de continuar com o trabalho coletivo ensejada pelas relações de amizade, ilustrando bem a dimensão política desse tipo de relação. Arendt (2001) concebe a condição humana da ação, da pluralidade do humano, como mediada pelo discurso, assim, devemos entender as relações de amizade na comunidade como vínculos propícios ao agir e ao falar, que engendraram uma organização implicada em práticas solidárias (Gomes & Silva Júnior, 2007, 2010).

Graças à organização coletiva e busca ativa de políticas públicas que poderiam beneficiar a produção da comunidade, esta foi contemplada com um projeto para a criação de uma horta coletiva.

Horta Coletiva

O projeto de uma horta coletiva na comunidade surgiu através da Secretaria de Agricultura, que fomentava, além do projeto em si, os recursos necessários para a elaboração da horta, como mudas e telas de proteção, para ser construída em um local determinado do assentamento. Tal projeto fazia parte de um outro que

consistia na construção de uma fábrica de reaproveitamento de alimentos, o que fazia necessária uma produção fixa para manter o funcionamento dessa fábrica. Assim, o projeto da horta coletiva havia sido cedido à comunidade devido ao reconhecimento de que os/as moradores/as estavam organizados e engajados para a realização do projeto da fábrica de reaproveitamento de alimentos. Contudo, apesar da notável organização da comunidade, dada, sobretudo, em consequência das rodas de conversa e da estratégia dos mutirões, a horta coletiva apresentou diversas problemáticas.

Com a horta coletiva já construída, apareceram problemas relativos à escassez de recursos, como irrigação inadequada e falta de materiais necessários para o plantio, de modo que a comunidade não foi assistida da forma acordada pela Secretaria. Esse descompasso entre o que era prometido a comunidade e o que era efetivamente cumprido já tinha uma longa história, estando presente nos relatos dos/as moradores/as desde o início da pesquisa, sendo um fator fundamental para minar o *conatus* do corpo coletivo da comunidade (Espinosa, 2009), que acabava quase sempre tencionada a perseverar apesar das políticas públicas, em invés de potencializada por estas.

E a gente já tinha lutado antes, muitas vezes por feira em alguns lugares, augusto franco, marcos freire, nunca a gente, no início a prefeitura dava carro, mas só um dia ou dois, depois não dava mais, a gente se virasse como pudesse, como a gente nunca tivemos carro pra levar os nossos é, as nossas, os nossos material a gente começou a ficar, a perder, então a gente parou de ir pra feira. (Petúnia)

A implementação da horta coletiva foi marcada também por uma série de tensões internas ao grupo participante da pesquisa, expressas em situações cotidianas, como por exemplo o sumiço de uma chave, que foi estopim para a divisão do grupo em dois.

A história sobre o sumiço da chave e a divisão do grupo teria sido a seguinte, segundo Rosa: a chave da fábrica havia sumido, Petúnia havia procurado no dia anterior e não achou. No dia seguinte enquanto todos/as trabalhavam na horta, o filho de Hortência estava brincando embaixo da mangueira que fica próxima a horta e achou a chave. Hortência pegou a chave e fez o seguinte questionamento: “isso aqui é responsabilidade?”. Questionando a postura de Petúnia de perder a chave. Rosa disse que Camélia estava neste momento na horta também e escutando o que Hortência disse foi fazer fofoca para Petúnia, aumentando a história...devido ao mal-estar que se

instalou no ambiente de trabalho, o grupo achou melhor se dividir e trabalhar separadamente.

O mal-entendido da chave e a consequente divisão do grupo revela a tensão que é própria de relações políticas e, em nossos casos, suturadas pelas relações de amizade. Contudo, vale ressaltar que nesse período os encontros das rodas de conversa se faziam menos frequentes. Diante de conflitos como o supracitado, a existência das rodas de conversa adquire ainda mais importância, justamente como espaço de acolhida e escuta do/a outro/a. De modo que a não realização dos encontros implicou no reconhecimento da divisão pelo próprio grupo.

A fragmentação do grupo constitui a dissolução da confiança entre os corpos e, portanto, enfraquece a condição de possibilidade de composição de alianças singulares que garantem a existência do corpo coletivo. Segundo Espinosa (2007), a confiança é a condição de fortalecimento da capacidade de ação do corpo coletivo. Para Espinosa (2007) a amizade compõe uma disposição afetiva implicada com afetos de alegria e laços de confiança favoráveis à dinâmica de resistência à tristeza e composição de práticas singulares de solidariedade e afirmação da potência do corpo coletivo. Espinosa (2007) concebe o *conatus* como força interna de perseveração na existência. A condição de nossa vitalidade ou *conatus* depende dos arranjos que estabelecemos nas relações afetivas. Espinosa (2007) compreende alegria como o afeto que possibilita a passagem para uma perfeição maior, ou seja, quando encontramos um corpo que aumenta a nossa potência de ação; ao contrário, o afeto de tristeza é a passagem para uma perfeição menor, isto é, quando nos relacionamos com algo que diminui a nossa potência de agir, debilitando o *conatus*.

É nesse sentido que se funda a relevância política da amizade para o fortalecimento do corpo coletivo, pois a amizade possibilita uma dinâmica da alegria propiciadora da mobilização para que os homens ajam juntos. Portanto, a fragmentação do grupo de trabalho na horta coletiva articula-se a uma dinâmica de afetos tristes que enfraquecem a capacidade de ação do corpo coletivo, destruindo a confiança necessária para a auto-organização do mesmo. Além da divisão, a fragilização do grupo é fomentada ainda por forças externas que o afetam, tais como os problemas na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar, impedindo e dificultando o trabalho coletivo pela falta de sistema de irrigação, falta de transporte para escoamento da produção e escassez de recursos para o trato da terra.

Segundo Oliveira (2006) muitos são os obstáculos ao processo de formação de projeto coletivo, não é tarefa fácil mudar e assimilar rapidamente novas formas de relacionamento e ação; o modelo capitalista dominante imprime modos individualistas e competitivos de se relacionar, assim, o caráter processual é inerente à formação da cultura solidária nos grupos.

A participação nos processos de reflexão e discussão de interesses comuns se apresenta como desafiadora em um contexto de forte individualismo instaurado pelo registro econômico que visa precisamente destruir a condição política da reunião não violenta dos sujeitos, advertida por Arendt (2001).

Considerações finais

Nos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade apresenta-se como desafiadora a tarefa de construir e cultivar uma cultura democrática, em que sejam compartilhados os valores de justiça e dignidade, bem como construir e consolidar redes comunitárias dentro de uma concepção de solidariedade gestos condizentes com a experimentação política da amizade.

A composição das rodas de conversas se constitui como um desafio nos trabalhos com grupos que visam a politização dos corpos para o exercício da cidadania, em um contexto marcado por um forte individualismo em nosso convívio social, predominando um enfraquecimento na negociação de interesses comuns. O contemporâneo esvaziamento do espaço público e o consequente rebaixamento político retratam a sociedade do consumo na qual as preocupações e motivações sociais estão voltadas para os interesses individuais e privados, configurando a decadência do engajamento político e dos interesses coletivos (Gomes & Silva Junior, 2007).

A experimentação política da amizade favorece relações democráticas, na medida em que promove os atos políticos do agir e falar que implicam a parceria, a companhia dos/as outros/as para que a ação desempenhe um ciclo completo de experiência inaugural o que contribui para a construção de uma cultura democrática, em que sejam compartilhados os valores de justiça e dignidade, bem como construir e consolidar redes comunitárias dentro de uma concepção de solidariedade. Pensar a amizade em sua qualidade política na companhia da Filosofia de Espinosa e Arendt engendra preciosas contribuições que sustentam a compreensão de que a vida será tanto menos desumana quanto maior for a capacidade de pensar e agir dos corpos.

A pesquisa que analisamos aqui demonstra tanto a importância da experimentação política da amizade e a sua abertura e fomento às relações democráticas, quanto a dificuldade em manter essas relações no que elas têm de solidárias e coletivas. As rodas de conversa se mostraram imprescindíveis para a potencialização dos corpos que compuseram a pesquisa, possibilitando a organização dos mutirões e a consequente conquista de um espaço em uma feira de produtos agrícolas e do projeto da horta coletiva. Não obstante, muitos foram os obstáculos nessa empreitada, sejam as ações desmobilizadoras das políticas públicas que chegavam descontextualizadas da realidade do assentamento, o que por si só merece um artigo próprio; sejam os conflitos internos, os desarranjos dos membros que formavam o corpo coletivo da comunidade. Tais questões são próprias da pesquisa-intervenção e revelam a dinâmica de afetos que caracteriza a vida humana, tratando-se de uma contínua passagem de afetos tristes para alegres e vice-versa (Espinosa, 2007).

Referências

- Arendt, H. (2001). *A condição humana* (10ª ed., R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2002). *A dignidade da política* (H. M. Coelho, Trad.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Campos, R. H. F. (1996). Introdução: a psicologia social comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-16). Petrópolis: Vozes.
- Chauí, M. (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Deleuze, G. (2003). *Espinosa: filosofia prática* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.
- Derrida, J. (1997). *Politics of friendship*. (G. Collins, Trad.). Nova Iorque: Verso.
- Espinosa, B. (2007). *Spinoza. Ética* (2ª ed., T. Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Espinosa, B. (2009). *Tratado político* (D. P. Aurélio, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2005). Semânticas da amizade e suas implicações políticas. *Psicologia USP*, 16(3), 119-142. doi: 10.1590/S0103-65642005000200007
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2007). Sobre a amizade em tempos de solidão. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 57-64. doi: 10.1590/S0102-71822007000200008
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2010). Amizade e experimentação política: solidariedade e resistência entre amigos nas classes populares. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 72-83. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100008&lng=pt&tlng=pt
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2013). Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos*

Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia comunitária em Sergipe

- Espinosa, S. (2013). *Espinosanos*, 1(28), 39-58. doi: 10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2013.81266
- Hardt, M. (1996). *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia* (S. Cavendish, Trad.). São Paulo: 34.
- Lane, S. T. M. (2003). *Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil*. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, P. S. (2006). *Cultura solidária em cooperativas: projetos de mudança de vida*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Ortega, F. (2000). *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25. doi: 10.1590/S0102-71822005000300003
- Prudente, J., & Tittoni, J. (2014). A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como paraskeuê. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26(1), 17-28. doi: 10.1590/S1984-02922014000100003
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. doi: 10.1590/S1414-98932003000400010
- Rodrigues, H. B. C., & Souza, V. L. B. (1987). Análise institucional e a profissionalização do Psicólogo. In V. R. Kamkhagi & O. Saidon (Orgs), *Análise institucional no Brasil* (pp. 27-46). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis: Vozes.

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço para correspondência: Rodovia Adilson Távora, 7500, Thai residence, Ruas das Alfazemas, número 202, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000. Email: liviagn3@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-3448>

Samira Pires Damaceno, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Psicóloga Clínica no Espaço Terapêutico Conatus. Email: samipress@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8246-644X>

Jeferson Santos da Silva, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI), na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: jeferson123@academico.ufs.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2032-9770>

José Matheus Alves Santos, Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: j.matheus2109@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6132-4063>

Recebido em 30.nov.21
Revisado em 16.mar.22
Aceito em 06.abr.22